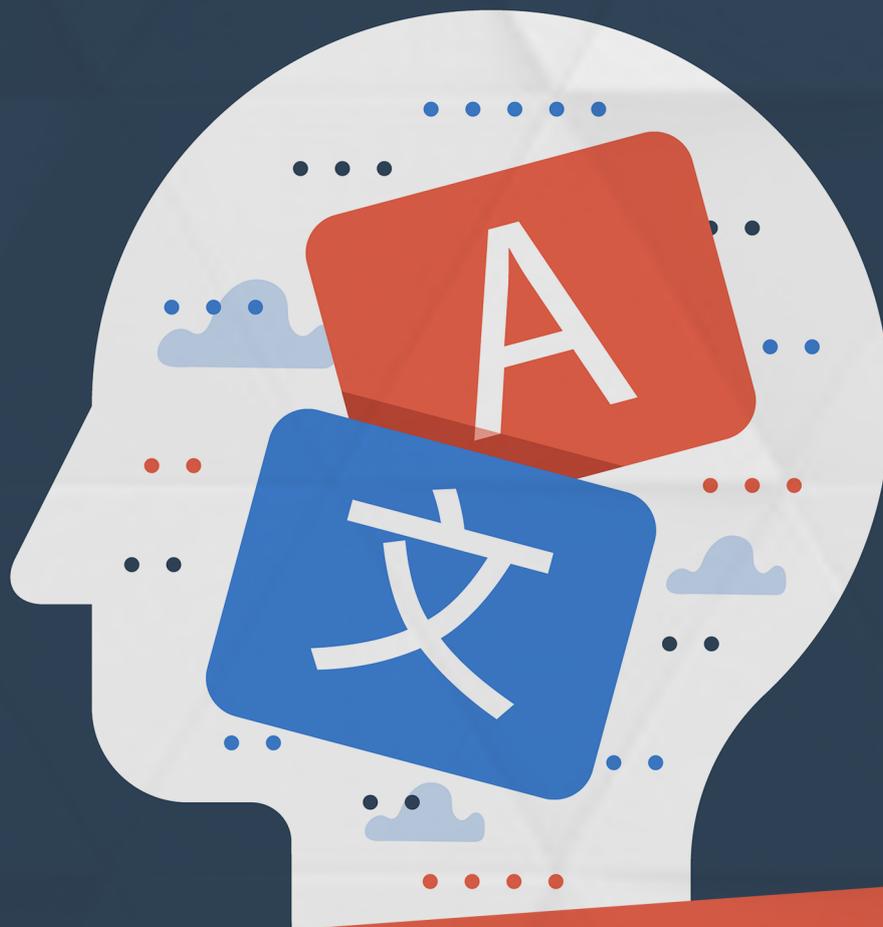


LETRAS: SEMIÓTICA, LINGUÍSTICA E SUAS VERTENTES



**ANGELA MARIA GOMES
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora

Ano 2020

LETRAS: SEMIÓTICA, LINGUÍSTICA E SUAS VERTENTES



**ANGELA MARIA GOMES
(ORGANIZADORA)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

L649 Letras: semiótica, linguística e suas vertentes [recurso eletrônico] /
Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena
Editora, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-923-3
DOI 10.22533/at.ed.233201601

1. Letras. 2. Linguística. 3. Semiótica. I. Gomes, Angela Maria.
CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em uma definição simplificada, a semiótica revela as formas como o indivíduo dá significado a tudo que o cerca, estudando os signos e todas as linguagens e acontecimentos culturais – Artes visuais, Música, Fotografia, Cinema, Moda, Gestos, Religião... – Letras: Semiótica, Linguística e suas Vertentes traz uma seleção de artigos que estudam como estes mecanismos de significação se processam natural e culturalmente.

Partindo desde análises de romances - Chão Bruto, quanto ao seu processo de elaboração -; passando pela transposição de elementos literários de Rachel de Queiroz para a visualidade televisiva; poemas como Mal Secreto - a partir da ótica da análise do discurso considerando fatores como o contexto social e histórico em que foi produzido, apontando, numa abordagem inovadora, alguns motivos os quais podem levar alguém a uma vida de aparências e analisar como o poema apresenta uma temática muito presente nos dias atuais: a depressão -; chegamos até a Literatura Amazonense e sua abordagem durante a formação acadêmica.

Os avanços tecnológicos configuram mudanças significativas na linguagem, nessa perspectiva, novas formas textuais emergem e apresentam outras concepções de textos. Aqui encontramos os “memes”, apresentados como gêneros que acrescem a possibilidade de uma leitura dinâmica e participativa por oferecer categorias discursivas e aspectos multissemióticos na sua composição, ampliando assim os estudos linguísticos e discursivos. Enfocando o gênero biográfico, enquanto elemento que legitima expressões e perspectivas dissidentes, discute-se a expressão (auto) biografia - concebida como expressão que permite apreender conjunturas coletivas a partir de óticas individuais.

É notório como a educação ainda enfrenta problemas relacionados à questão da linguagem. Por conseguinte, o professor e a escola desempenham um papel primordial nessa questão, pois são esses os encarregados em fazer com que o indivíduo obtenha um bom aprendizado no seu desenvolvimento linguístico. Nesse sentido, a formação profissional dos educadores deve estar sempre em evidência para suprir tais demandas. Dessa forma aqui encontramos estudos acerca do desenvolvimento progressivo de docentes, assim como a prática de uma educação inclusiva, tanto no que diz respeito a alunos com deficiência, e mesmo aqueles que vivem em periferias, apresentando a linguagem como uma forma de empoderamento desses indivíduos.

Viver em uma sociedade em letramento requer a competência de concretizar distintas formas de leituras que emergem cotidianamente, assim como práticas pedagógicas que sejam de natureza inclusiva e emancipatória. Letras: Semiótica, Linguística e suas Vertentes vem no auxílio dessas reflexões.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRÁTICA INTER-REFLEXIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	
Yuri Andrei Batista Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2332016011	
CAPÍTULO 2	11
ANÁLISE DISCURSIVA DO POEMA “MAL SECRETO”, DE RAIMUNDO CORREIA: OS SENTIMENTOS POR TRÁS DAS MÁSCARAS	
Vitória Carvalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2332016012	
CAPÍTULO 3	21
ANÁLISE MULTISSEMIÓTICA DE MEMES ANTIFEMINISTAS	
Adriana Coelho Freitas Avacy Primário de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2332016013	
CAPÍTULO 4	33
COLONIALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO VOTO VENCIDO DO JULGAMENTO DA ADI 5357	
Bianca Quitéria de Moura Santana Virgínia Colares	
DOI 10.22533/at.ed.2332016014	
CAPÍTULO 5	50
ESPAÇO BIOGRÁFICO: MÚLTIPLAS FORMAS DE ENUNCIÇÃO E PERSPECTIVAS DISSIDENTES	
Leandro Souza Borges Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2332016015	
CAPÍTULO 6	65
LITERATURA E REPRESENTAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL NO ROMANCE <i>CHÃO BRUTO</i> DE HERNÂNI DONATO	
Jesuino Arvelino Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.2332016016	
CAPÍTULO 7	77
<i>MEMORIAL DE MARIA MOURA</i> , A MULHER NO FAROESTE-FOLHETIM BRASILEIRO: NOVAS PERSPECTIVAS LITERÁRIAS E TELEVISIVAS DA CULTURA	
Camille Harzig Carradore Dirceu Martins Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2332016017	
CAPÍTULO 8	89
O DISCURSO INCLUSIVO NO LETRAMENTO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS	
Jandira Azevedo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2332016018	

CAPÍTULO 9	101
O EMPODERAMENTO POR MEIO DA LINGUAGEM: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE FUTURO OBSERVADA EM TEXTOS ESCOLARES DA PERIFERIA DE BRASÍLIA	
Mara Cristina Santos Freitas Escórcio	
DOI 10.22533/at.ed.2332016019	
CAPÍTULO 10	112
O IMPACTO DA PEC 241/55 NO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NAS ESCOLAS PÚBLICAS	
Cíntia Cleane Bonfim Fragoso Juan Facundo Sarmiento	
DOI 10.22533/at.ed.23320160110	
CAPÍTULO 11	123
O LETRAMENTO LITERÁRIO AMAZÔNICO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LETRAS NA CIDADE DE MANAUS	
Maison Antonio dos Anjos Batista Maridulce Ferreira Lustosa	
DOI 10.22533/at.ed.23320160111	
CAPÍTULO 12	138
REFLEXÕES SOBRE MULTIMODALIDADE NO ENSINO DE PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO LÍNGUA ADICIONAL (PBLA): POTENCIALIDADES DA RESSEMIOTIZAÇÃO DE VÍDEOS	
Janaína de Aquino Ferraz Glauber Rodrigues de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.23320160112	
CAPÍTULO 13	142
REPÓRTER-PERSONAGEM: FOCO NARRATIVO, SEMIOSE E VINCULAÇÃO NA REPORTAGEM 'A CASA DE VELHOS', DE ELIANE BRUM	
Maria Cecília Costa Braga da Silva Ítala Clay de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.23320160113	
SOBRE A ORGANIZADORA	147
ÍNDICE REMISSIVO	148

O IMPACTO DA PEC 241/55 NO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Data de aceite: 13/12/2019

Cíntia Cleane Bonfim Fragoso

Universidade Estadual de Santa Cruz
Itabuna – Bahia

Juan Facundo Sarmiento

Universidade Estadual de Santa Cruz
Ilhéus – Bahia

RESUMO: O ensino de Língua Espanhola no Brasil passou por vários desafios, problemas e desvalorização do idioma em comparação ao inglês - sempre visto como uma língua superior. Assim, embora com o passar dos anos a LE tenha obtido um certo espaço no Brasil e principalmente melhorado, também, a forma com que é dirigida pelas escolas, além da melhor capacitação dos seus profissionais, no ano de 2016, em virtude das alterações feitas nas políticas linguísticas que regem o país, uma Proposta de Emenda Constitucional-PEC, inicialmente conhecida como PEC 241/2016, dá o começo de um processo que veta os avanços já conquistados até então. Este trabalho, portanto, visa traçar através de um estudo documental, as conquistas que haviam sido alcançadas e os potenciais impactos da PEC no ensino básico brasileiro, no que tange a área de ensino da Língua Espanhola.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Espanhola. Educação Básica. PEC 241/2016

EL IMPACTO DE LA PEC 241/55 EN LA ENSEÑANZA DE LENGUA ESPAÑOLA EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS EN BRASIL

RESUMEN: La enseñanza de la Lengua Española en Brasil, pasó por varios desafíos, problemas y desvaloración del idioma en comparación al inglés- siempre visto, en ese país, como una lengua superior. Así, a largo de los años, mismo la lengua española tiendo obtenido un espacio en Brasil y mejorado, también, la manera con que es encabezada en las escuelas y también en la capacitación de los profesores de ese campo de acción, en el año de 2016, en virtud de las reformas realizadas en las políticas lingüísticas que direccionan el país, una Propuesta de Emenda Constitucional-PEC, al inicio conocida como PEC 241/2016, empieza una serie de cambios que acaban con los avances conquistados hasta ese año. Esa investigación, por lo tanto, a través de un análisis documental, intenta discurrir los éxitos que habían sido encontrados y los potenciales impactos de la PEC en la enseñanza básica del Brasil, considerando el área de enseñanza de Lengua Española.

PALABRAS-CLAVE: Lengua Española. Educación Básica. PEC 241/55

1 | INTRODUÇÃO

A educação do Brasil nos últimos anos tem sido orientada pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cuja responsabilidade era nortear as instituições públicas e privadas a respeito de como deveria ser a educação nacional. De acordo com esta Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo primeiro incisos 1 e 2, poderíamos ver que,

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, p. 9)

Utilizando-nos da definição de educação conforme Singer (1995), percebemos que ela é a responsável por promover o aumento da produtividade e a principal responsável em elevar o produto social. Dessa maneira, através da educação, podemos inferir a possibilidade de eliminar a pobreza. Por isso pensamos, inicialmente, que a educação deve ser uma aplicação de métodos que assegurarão a formação e o desenvolvimento dos aspectos intelectual e moral do ser humano. Sendo assim, percebemos, com a realidade que se vive hoje no Brasil que a educação, em sua modalidade privada ou pública, distancia-se entre o seu discurso – aspectos legais- e a prática.

Em lugar de estimular a criatividade e a inventividade, os sistemas educacionais brasileiros em geral se tornam cada vez mais obcecados: por um lado, nas escolas privadas em impor a uniformidade curricular e produzir alunos que compitam entre si para um mercado de trabalho igualmente competitivo, essa abordagem produz nos discentes a sensação de superioridade e/ou inferioridade baseada nas notas obtidas através das avaliações. Por outro lado, nas escolas públicas, o enfoque está no número de pessoas estudando e não necessariamente na capacitação e absorção de conhecimento pelos alunos. Se, no lado privado, existe uma sensação de privilégios e exclusividade, na modalidade pública essas concepções são ainda mais alarmantes.

Assim sendo, as escolas e os professores, por sua vez, são movidos, tal como máquinas industriais, em que, os resultados das provas são os cabeçotes, a obrigatoriedade das metas de desempenho são o sustentáculo e, por fim, as linhas de classificação das escolas segundo os resultados de seus alunos e dos gráficos são os motores- responsáveis por apontar quantas pessoas se formam no ensino fundamental e médio todos os anos.

Nas instituições privadas de ensino, mesmo ainda tradicionalista em sua grande parte, é possível perceber uma abordagem muito maior nos campos de conhecimento das ciências naturais, exatas, humanas. Além disso, os professores, de maneira geral, são mais capacitados e cobrados pelos setores administrativos para exercer uma atividade mais profícua, com o objetivo de cumprir com os fatores citados anteriormente. Do ponto de vista social, aqueles que obtém êxito nas provas com notas acima da

média e conseguem acompanhar o nível de dificuldade da escola, serão aqueles que possivelmente preencherão o mercado de trabalho e que produzirão lucro para o país.

Em contrapartida, na classe subalterna, com a educação menos favorecida, defrontamo-nos com inúmeros problemas na formação acadêmica dos funcionários e docentes. Desde às problemáticas administrativas e financeiras, aos alunos muitas vezes embuçados pela metodologia adotada em algumas escolas, que congratula os erros e segue o aluno para a série seguinte, as condições desses discentes que em um número considerável abandonam as escolas mesmo em tenra idade, é de fato um pedido de socorro. Consoante, os livros adotados e disponibilizados pelo governo não proporcionam uma visão intercultural e interdisciplinar, não fomentam, em sua maioria, a análise crítica, ao pensamento interpretativo, ao desenvolvimento pessoal e social. Pelo contrário, os materiais didáticos fornecidos possuem uma defasagem muito grande nesses quesitos, principalmente na área de língua estrangeira.

O irônico é que a educação deveria ser uma das principais mobilizadoras e incentivadoras do aprendizado sobre cultura, política, filosofia e compreensão do meio social ou tantas outras vertentes e matérias que façam desenvolver o senso crítico do ser humano. No entanto, “o fracasso da educação formal fornecida às classes subalternas no Brasil (...) tem sido descrita como uma escola contra o povo ao invés de para o povo” (LOPES, 1996, p. 65). Dessa maneira, o ensino que deveria, segundo a LDB, ser direcionado pelos princípios de igualdade, acaba não sendo mais a força que move a sociedade, pois muitos alunos não chegam a ter contato com materiais que de forma direta desenvolvam essa aptidão e outras, de igual importância. Assim, cria-se e se fomenta o pensamento equivocado que afirma que existem discentes incapazes de aprender por natureza. Por essa razão, o acesso ao ensino superior tem se tornado a cada dia um privilégio oferecido em grande parte para brancos de escola privada.

Dessa forma, é complicado acreditar na prática das leis educacionais que são responsáveis em dirigir as escolas quando a atuação delas é imperfeita e pouco fiscalizada. Além disso, podemos conceber que, não a tendo, cometeríamos um ato anticonstitucional, afinal a educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Esse processo dolorido de mudanças na estrutura legislativa do Brasil, que serão o enfoque de nossa linha de pesquisa, iniciam-se com a Medida Provisória nº 746/16, se veem mais aclaradas através da PEC 55/16 e concretizam-se com a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, contra o estabelecido na CF, no seu art. 6º, que afirma que a educação – junto à moradia, o trabalho, o lazer, a saúde, entre outros – é um direito social e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa.

2 | A FUTURA EX-LDB E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016

Primeiramente, discutiremos a Medida Provisória nº 746, de 14 de dezembro de 2016, que tem em sua ementa além da instituição da política de fomento escolar, a implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral. Essa MP altera em grande parte a Lei nº 9394/96- especificamente nos seus artigos nº 24, 26, 36, 44, 61, 62 e alguns outros incisos - e a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007 que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação. Conforme apresentado em sua ementa,

Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas. Determina que o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio. Restringe a obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio. Torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol. Permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior. (BRASIL, 2016, p. 01)

Com essa MP, que existe uma segmentação dela, a qual, retira a obrigatoriedade das matérias que são capazes de produzir uma capacidade intelectual mais eficaz em toda a população. Por isso, recorreremos aos estudos da Linguística Aplicada como aporte referencial aos nossos estudos, afinal, ela

(...) não tenta encaminhar soluções ou resolver problemas com que se defronta ou constrói. Ao contrário, a LA procura problematizá-los ou criar inteligibilidades sobre eles de modo que alternativas para tais contextos de usos da linguagem possam ser vislumbradas. (FABRICIO, 2006, p. 21)

A LDB foi sancionada em 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, além dela, foram formulados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que surgiram como uma forma de formalização, na prática, do que está proposto na LDB. Esses parâmetros norteadores da educação começaram a ser elaborados em 2004, a partir da necessidade de se discutir e de se refletir acerca do ensino público de nível médio. Consta como objetivos dos PCN (BRASIL, 2006, p. 8):

[...] apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o ensino médio.

A elaboração dos PCN dentre os aspectos constantes na LDB, artigo nº 35 visam proporcionar na vida do educando

I -a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II -a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III -o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV -a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

(BRASIL, 1996, s/p)

A partir do que prevê a LDB, os PCN foram criados contemplando além de todas as disciplinas do currículo escolar, orientações específicas para cada uma delas. Nele encontramos todos os aspectos relevantes ao ensino da LE, bem como diversas contribuições para a construção de uma educação voltada aos interesses dos alunos e a compreensão das diferentes formas de comunicação e da variabilidade dialetal e a adequação linguística de acordo com o ambiente em que o aluno está inserido.

Nesse sentido, vale lembrar que, muito mais do que uma simples aula de regras gramaticais, as aulas de LE podem e devem ser extremamente ricas a nível de conteúdo, à medida que abrem espaço para que o estudante possa (re)construir sua carga cultural e linguística. A Língua Espanhola, enquanto Língua Estrangeira, fez parte do currículo do ensino médio das escolas brasileiras entre a década de 40 e 60, entretanto, por questões culturais, políticas e sociais, o prestígio do inglês aumentou e a LDB de 1961 retirou a obrigatoriedade do ensino de espanhol no ensino básico e médio, para as escolas de modalidade pública e particular, ficando a cargo dos Estados a opção pela sua inclusão nos currículos escolares. Nesse contexto, as escolas públicas, de maneira geral, optavam por não inserir no currículo o Espanhol e as escolas particulares colocavam, pelo menos, como caráter optativo- o que os dava, além de tantos outros fatores, mais um privilégio.

Prontamente vemos que, segundo Calvet

A intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou impor à maioria a língua de uma minoria. (CALVET, 2007, p.21)

Dessa maneira, o fato de o poder político de um país tentar influir em uma modalidade de ensino capaz de enriquecer no âmbito cultural e, principalmente, no âmbito social, pode ter o objetivo de esterilizar a população por algum motivo. Assim, vemos no artigo de número 13 da antiga medida provisória que fica revogada a Lei nº 11.161 de 5 de agosto de 2005, mais conhecida como a Lei do Espanhol, em detrimento do famoso privilégio do inglês como uma língua mais importante, formalizada em sua conversão em Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro 2017, na qual,

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

E essa mudança, portanto, para quem acompanha as decisões políticas do Brasil no contexto atual, foi somente o começo de uma série de cortes que a educação sofreu, seja nos aspectos financeiros ou legais, que em nada contribuem na construção de um aluno-cidadão crítico e capaz de atuar em sociedade.

3 | A EX- LEI Nº 11.161, DE 5 DE AGOSTO DE 2005- VULGO LEI DO ESPANHOL

Em 2005 o presidente Luís Inácio Lula da Silva em suas atribuições sanciona a Lei do espanhol que, a priori, não foi totalmente implementada e apresentou muitos problemas na prática nas escolas, mas que compreende

Art. 1o O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio.

§ 1o O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei. (BRASIL, 2005, p. 1)

Dessa maneira, antes de analisar a Lei nº 11.161 é importante ratificar que existiram antes 26 projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional no período de 1958 a 2007 e que tentaram, sem êxito, incluir o espanhol como Língua Estrangeira a ser ensinada nas escolas. Embora as muitas tentativas, somente um desses projetos (PL nº 3987/2000) do deputado Átila Lira tramitou e foi aprovado e sancionado, o qual, deu origem à Lei nº 11.161/2005. Conforme cita Rodrigues (2012)

(...) os projetos de lei que propunham à inclusão do ensino de espanhol no sistema educativo brasileiro e colocá-los em relação, por um lado, com a legislação educacional vigente e, por outro lado, com a conjuntura internacional de cada período. (RODRIGUES, 2013, p. 32)

Com a Lei, uma demanda qualitativa e quantitativa foi cobrada dos professores de espanhol para a educação básica no Brasil. Entretanto, todo o país é movido por uma atitude exageradamente positiva e de quase adoração pela cultura e língua inglesa, o que põe na língua espanhola, a equivocada imagem de um português que é falado errado, um idioma pobre, morto, dentre tantas outras qualificações que se encontram repercutidas socialmente. Desse modo, as classes de espanhol se encheram de tabus, preconceitos e os próprios professores de língua espanhola começaram a

passar para os alunos conceitos estereotipados da cultura hispânica ou uma didática engessada e pouco atrativa, desmotivando os alunos a se interessarem pelas aulas e, conseqüentemente, diminuindo o interesse pela língua através da reafirmação do inglês como a língua com maior relevância.

Estudando Labov (1981) verificamos que, na teoria da carência linguística, o fato de uma linguagem ser diferente não implica que seja deficiente, e a Lei 11.161/2005 trouxe consigo a necessidade de que decisões a respeito da oferta de Língua espanhola nas escolas fossem tomadas em medida de urgência, e, uma vez que a LDB prevê a possibilidade de oferta de mais de uma língua estrangeira sem nenhuma outra especificação, a Lei do espanhol constitui por si só um gesto de política linguística que exige uma reflexão acerca do lugar que o espanhol deve ocupar no processo educativo, além de refletir formas possíveis de se trabalhar com o máximo de qualidade e o mínimo de reducionismo.

Os avanços que vieram após a Lei 11.161/2005, foram vistos de forma paulatina, quando que em sala de aula começou-se a quebrar a comparação do português com o espanhol, já bastante explorada, e as investigações acerca, por exemplo, das questões de identidade dos sujeitos envolvidos no complexo processo de ensino/aprendizagem dessa língua estrangeira, o que quebra, ingenuamente, o mito do espanhol fácil.

Esse enorme alento à questão da inovação do ensino de línguas começa a surgir, também, no âmbito acadêmico. A língua espanhola, por sua vez, obtém mais espaço para pesquisa, junto ao enfoque da abordagem comunicativa e nos aspectos sociais da linguagem como fator importante para a aprendizagem de uma língua estrangeira e conseqüentemente, na formação de professores capacitados.

Embora por um lado estes avanços comesçassem a tomar uma certa proporção, do outro, as ações do poder público não favoreceram à implantação da Lei de forma total. Ou seja, o que se viu foi um mercado que não absorvia os profissionais formados junto com a falta de concursos, de demanda nas escolas e a retirada do espanhol de escolas que já o tinham; demissão de docentes, contratação de pessoas com notório saber, porém, sem a formação adequada para a docência etc.

Os professores de Espanhol que tendem a reproduzir o modelo de ensino de língua estrangeira que advém de suas experiências anteriores de aprendizagem, quase sempre fundadas em abordagens sistemáticas e pouco atrativas e o modelo da escola na qual trabalham. Por isso, o ensino se volta para uma abordagem que delega ao aluno o papel de receptor passivo do conhecimento em que a prática pedagógica se centra exclusivamente no livro didático (geralmente imposto) e que pouco se aproxima com a expectativa que se criou com a Lei do Espanhol.

Enquanto por um lado as tardias mas preciosas medidas do governo federal para nortear atuam com o fim de apoiar a implantação do espanhol nas escolas (como a inclusão da língua espanhola em ações educativas nacionais importantes como o PNLD, OCEM, ENEM, PIBID, etc.) são acionadas, por outro, uma medida provisória (nº 746) invalida toda uma Lei que caminhou 26 vezes por caminhos diferentes na

Câmara e no Senado Federal para ser implementada. E dessa maneira, se perde o papel que assumimos, na qual

O ensino de língua estrangeira deve levar o estudante a ver-se e constituir-se como sujeito a partir do contato e da exposição ao outro, à diferença, ao reconhecimento da diversidade, valorizando inclusive a diversidade que o constitui e que nem sempre ele reconhece e aceita. (GONZÁLEZ, 2010, p.28)

Desse modo, pode-se perceber, de maneira paulatina, o quanto uma só decisão legislativa pode acarretar uma série de prejuízos diretos a uma educação que, há muito, sofre com a desigualdade em todos os âmbitos na sociedade- a pública.

4 | O ESPANHOL, O PNLD E A PEC 55

Ainda que se pense que os estudos dos linguistas aplicados para melhorar o ensino do espanhol tenham um grande caminho pela frente, os avanços das Leis do espanhol, propuseram, paulatinamente, a quebra da comparação do português com o espanhol, já bastante explorada e, as investigações acerca, por exemplo, das questões identitárias dos sujeitos envolvidos no complexo processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira, o que quebra, ingenuamente, o mito do espanhol fácil.

Esse avanço está em consonância com as diretrizes indicadas pelos documentos que regem a educação básica no Brasil. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, com o apoio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Escolar (FNDE), em 2011, reconheceram as Línguas Estrangeiras Modernas (LEM), Inglês e Espanhol, como componentes curriculares, o que possibilitou a inscrição de manuais didáticos de inglês e de espanhol. Isso significou que a partir dessa decisão, todos os alunos das escolas públicas passariam a receber livros dessas disciplinas. Conforme Barros, Costa, Galvão (2016)

Os editais do PNLD mostram que os livros/materiais de espanhol a serem usados na educação formal devem permitir que os alunos aprendam o idioma de maneira vinculada ao mundo sociocultural e que tenham experiências de uso/comunicação em língua estrangeira, construindo, de maneira diversificada, plural e heterogênea, discursos e formas de expressão e de ver/estar no mundo, através da reflexão crítica em relação aos diferentes modos de atuação e interação em diferentes situações e culturas e em relação aos confrontos e deslocamentos interculturais vivenciados pelos próprios alunos e pelos povos de uma forma geral. Portanto, construir conhecimentos no âmbito de uma língua estrangeira deve ir muito além do que dominar um conjunto de regras gramaticais, para a escrita de uma norma culta. (BARROS, COSTA, Galvão, 2016, p. 94)

O PNLD também incorporou nos critérios de avaliação das coleções didáticas algumas questões teóricas-metodológicas, pedagógicas e em que pesem as dúvidas, críticas ou quaisquer coisas, o PNLD e os demais programas do MEC propiciaram às escolas públicas de esfera federal, estadual ou municipal poder aderir ao programa

e receber coleções inteiras com livros consumíveis aos alunos de língua estrangeira.

Com os critérios de avaliação das coleções didáticas, o objetivo das coleções segundo consta no PNLD é propiciar ao estudante, discussões acerca de questões socialmente relevantes e o desenvolvimento da capacidade oral e escrita dos alunos, mesmo que ela ainda esteja extremamente presa à gramática tradicional e menos relacionada com a cultura e conhecimento expansivo da língua espanhola.

A própria natureza da linguagem exige que se considere seu uso social, e não apenas sua organização. Quando o ensino se resume a vocabulário, gramática, funções (cumprimentar, pedir informação) e questões ligadas ao conhecimento sistêmico, a própria língua e sua estrutura passam a ser entendidas como forma utilitária, pouco atrativa e distante da vivência dos alunos. Nesse ínterim, por mais que o próprio PNLD passe, segundo eles, por um criterioso método de escolha, a forma com que se vê em prática a construção de suas atividades e, também, a maneira com que é realizada a prática metodológica de suas atividades ainda é falha; isso fomenta ainda mais a desvalorização do idioma espanhol e todas essas ações se tornam uma bola de neve: se não há valorização do aluno, do professor, das escolas e da sociedade, que utilidade tem estudar, então, essa língua?

Para piorar esse cenário lastimável, foi aprovada no Senado a Emenda Constitucional número 241, enviada ao Congresso Nacional no dia 16 de junho de 2016. O texto propõe a criação de um teto para os gastos com despesas primárias dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo a partir de 2017, pelos próximos 20 anos. A ideia é que o valor gasto seja limitado à despesa realizada na área no ano anterior, reajustada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). A lógica só poderá ser alterada no 10º ano de vigência, por mandato presidencial. Os órgãos e poderes que ultrapassarem o teto de gastos sofrerão sanções, como a impossibilidade de realizar concursos públicos e reajustar o salário de servidores públicos.

O novo regime fiscal foi uma das principais bandeiras do presidente Michel Temer. Segundo o governo, a aprovação da proposta seria crucial para frear o aumento de gastos do país e diminuir a dívida pública, assim, haveria a desvinculação dos gastos das receitas da União, como previsto pela carta magna. E é justamente este o ponto que mais poderá afetar a Educação. Com a aprovação da PEC, a área, que tem repasse mínimo garantido por Lei (piso) de 18% dos impostos da União, passaria a ter os investimentos estabelecidos com base na inflação. A diferença da Educação para as outras áreas é que o primeiro ano de vigência da regra seria 2018, e não 2017. Então, a partir de 2018, a União passaria a ter um investimento mínimo na área equivalente ao piso constitucional de 2017 mais a correção do IPCA. Ficam excluídos dos limites estabelecidos pela proposta o Salário-Educação e os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

5 | E NO BNCC, TEM ESPAÇO PARA O ESPANHOL?

Quando sancionada, no começo de 2017, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) revoga a Lei nº 11.161 de 2005 que incluía a língua espanhola entre os conteúdos obrigatórios do ensino médio. Antes da reforma, as escolas podiam escolher se a língua estrangeira ensinada aos alunos seria o inglês ou o espanhol. Agora, com a reforma, a língua inglesa passará a ser a disciplina obrigatória no ensino de língua estrangeira, a partir do sexto ano do ensino fundamental. Se a escola só oferece uma língua estrangeira, esta precisa ser obrigatoriamente o inglês.

A BNCC orienta, inicialmente, a construção do currículo e de propostas pedagógicas, dos materiais didáticos, a formação de professores e a forma como se dará a avaliação. Nesse viés, novamente, quem perderá são os alunos de escolas públicas, afinal, o documento não faz sequer menção à língua espanhola. As escolas particulares sempre tiveram mais autonomia na definição de seus currículos do que as públicas, e nesse caso, elas ainda podem colocar como uma disciplina extracurricular a língua espanhola, principalmente por ainda existir uma demanda, mesmo que pequena, do ensino de espanhol por haver a opção dessa língua na prova do ENEM. Nesse contexto do Ensino Médio, as Orientações Curriculares (OCM), apesar de não terem a função de apresentar uma lista dos objetivos, trazem sugestões de temas que podem ser considerados como transversais e que contribuem no ensino da cultura e língua espanholas.

Desse modo, resta a busca incansável de alternativas pelos docentes em formação para encontrar, no mercado de trabalho, algo que esteja de acordo com a sua realidade. Além disso, há esperança de que as escolas e autoridades competentes reconheçam e façam valer a (re)implantação do espanhol como língua obrigatória a ser estudada. São inúmeros os desafios a serem vencidos, no entanto, a licenciatura segue firme e vigorosa e a língua espanhola vive, a espera do momento de retornar à nossa cultura de forma efetiva e igualitária, sem privilégios, mas, principalmente, alcançando uma metodologia envolvente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Cristiano. COSTA, Elzimar. Galvão, Janaina. **Dez anos da “Lei do Espanhol” (2005-2015)**. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2016, p. 93-97.

BRASIL. Constituição (1988). **Projeto de emenda Constitucional nº 241, de 15 de junho de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.161, de 5 de agosto de 2005**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb018_07.pdf>

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 14 de dezembro de 2016**. Disponível em: <<http://www25>>.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 18/2007, aprovado em 8 de agosto de 2007.** Esclarecimentos para a implementação da Língua Espanhola como obrigatória no Ensino Médio, conforme dispõe a Lei nº 11.161/2005.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 15/2015, aprovado em 9 de dezembro de 2015.** Orientação aos sistemas de ensino quanto à implementação da Lei nº 11.161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola.

CAMARGO, Moacir. **O ensino do espanhol no Brasil:** um pouco de sua história. Trab. Ling. Aplic, Campinas, v. 43, p. 139-149, Jan./Jun. 2004.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas.** Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola. 2007.

EDITAL de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNDL 2015. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Secretaria de Educação Básica. Disponível em: <<http://goo.gl/6mm1NQ>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

FABRÍCIO, Branca... (et al.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** Organizador: Luiz Paulo da Moita Lopes. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. P. 13-43.

GONZÁLEZ, Neide apud Ministério da Educação. **Espanhol:** ensino médio. Coordenação: Cristiano Silva de Barros e Elzimar Goettenauer de Marins Costa. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 16)

LABOV, William. **What can be learned about change in progress from synchrony descriptions.** In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Eds.). Variation Omnibus. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 177-199.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Eles não aprendem português quanto mais inglês** in: Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996, p. 63-77.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Repensar o papel da linguística aplicada,** in: Por uma linguística INdisciplinar. FABRÍCIO, Branca... (et al.) LOPES, Luiz Paulo da. (org). São Paulo: Parábola Editorial, 2006. P. 149-167.

_____. (1999). **Of EFLteachers, conscience and cowardice.** In: ELTJournal, vol. 53, n. 3, July.

SILVEIRA, M. I. M. **Línguas estrangeiras:** uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino. Maceió: Edições Catavento, 1999, p.57.

PCN. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais,** 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em 26 de março de 2017.

SINGER, Paul. **Poder, política e educação.** USP in Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu. Outubro de 1995. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T21SF/Sandra/Poder,%20pol%EDtica%20e%20educa%E7%E3o.pdf>> Acesso em: 30 de fev. de 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

Angela Maria Gomes - Licenciada em Letras; Especialista em Gestão de Pessoas e Gestão de Treinamento & Desenvolvimento de Pessoas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e Coaching em Desenvolvimento Profissional.

Atuação na Educação Formal como: Supervisora de Ensino; Docente em Ensino Médio e Curso preparatório para concursos na área de Língua Portuguesa; Docente em Ensino Superior nas áreas Português Instrumental e Gestão de Pessoas; Relatora do CEP – comitê de Ética em Pesquisa.

Atuação na Educação Profissionalizante como Técnica em Educação Profissional, coordenando cursos de aprendizagem, capacitação e aperfeiçoamento; Instrutora de Desenvolvimento Pessoal.

Participante do Programa Uaná de voluntariado executivo do ISAE/FGV – Curitiba/Pr.

Palestrante nos temas: “Educação: Processo de construção, dos agentes à influência na vida profissional.” ; “Competência Humana como Diferencial Competitivo: Contrata-se pelo currículo, demite-se pelas atitudes.”; “Comunicação Assertiva”;

Atualmente atua na Associação Menonita - Faculdade Fidelis - como docente e revisora dos artigos da Revista científica Cognition, assim como instrutora de formação continuada para professores na Sem Fronteiras Tecnologia para Educação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise crítica do discurso 33, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 111
Análise do Discurso de Perspectiva Francesa 11
Aparências 11, 15, 16, 17, 18, 19
Atores sociais 101, 103, 104, 105, 106, 111

C

Chão Bruto 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76
Cinema 64, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 86, 87, 88
Colaboração 1, 2, 3, 4, 5, 9, 114
Colonialidade 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 61, 62

D

Decisão judicial 33, 47
Depressão 11, 12, 18, 19, 20
Discurso 2, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 70, 75, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 103, 104, 105, 110, 111, 113, 139

E

Educação Básica 112, 115, 117, 119, 120, 122, 124, 129, 134
Educação inclusiva 33, 34, 36, 37, 38, 42, 47, 48, 92, 99
Eliane Brum 142, 143, 145
Empoderamento 28, 101, 102, 110, 111
Espaço Biográfico 50, 54, 55, 56, 58, 59, 63
Estudantes com deficiência Visual 89, 90, 93, 94, 96, 97, 99
Excluídos 18, 50, 60, 62, 120

F

Faroeste 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87
Feminismo 21, 22, 28, 29, 30, 31
Foco narrativo 82, 142
Formação continuada 1, 3, 9, 147
Formação docente 1, 5, 6, 9
Formação do Professor 2, 99, 123, 124

H

Hernâni Donato 65, 66, 72

J

Jornalismo literário 142, 143, 144, 145, 146

L

LE 1, 112, 116

Letramento 89, 91, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135

Letramento literário 123, 124, 126, 127, 128, 129, 135

Língua Espanhola 112, 116, 117, 118, 120, 121, 122

Linguística 1, 8, 9, 11, 21, 24, 27, 33, 38, 49, 50, 53, 54, 65, 77, 89, 90, 99, 101, 103, 105, 111, 112, 115, 116, 118, 122, 123, 138, 142, 147

Literatura Amazonense 123, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Literatura Social 65

M

Mal Secreto 11, 12, 14, 15

Maria Moura 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88

Memes 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Minissérie 77, 78, 80, 81, 85, 86, 87

Mulher 28, 29, 30, 31, 69, 70, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 109

Multimodalidade 21, 22, 24, 28, 32, 138, 139, 140, 141

P

PEC 241/2016 112

Pessoa com deficiência 33, 34, 35, 36, 41, 43, 48, 91

Políticas de identidade 50, 60, 61

Prática discursiva 21, 23, 26, 27, 30, 31, 38, 41

Prática inter-reflexiva 1, 5, 6, 7, 9

R

Raimundo Correia 11, 12

Recursos tecnológicos 23, 89, 93, 95, 98, 138

Repórter-personagem 142, 143

Representação de futuro 101, 107

Ressemiotização 138

S

Sociolinguística interacional 138, 139, 140

T

Texto multimodal 21, 24, 25, 138

V

Vídeos 25, 138, 139, 140

Vinculação 22, 142, 143, 144, 145

